

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



Câmara aprova a legalização das centrais sindicais

O Plenário da Câmara aprovou na noite desta quarta-feira (17) o Projeto de Lei 1990/07, do Poder Executivo, que reconhece as centrais sindicais como entidades de representação geral dos trabalhadores, especificando atribuições, prerrogativas e critérios para sua participação em fóruns e conselhos públicos. A matéria será enviada ao Senado. Na votação nominal mais significativa do dia, foi aprovada, por 215 votos a 161 e 7 abstenções, emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) que exige autorização do trabalhador para o desconto em folha de pagamentos do imposto sindical. O projeto legitima a representatividade das centrais e é resultado de um acordo delas com o governo. Caberá às centrais participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e outros nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores. Para o relator da matéria pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, deputado Vicentinho (PT-SP), embora a proposta caminhe no sentido defendido por ele, de autonomia das centrais, a aprovação da emenda de Augusto Carvalho quebra o acordo feito por elas com o governo. Divisão de recursos

O projeto prevê que, em decorrência do reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação, elas participarão também da repartição dos recursos arrecadados com a contribuição sindical dos trabalhadores. O dinheiro sairá da chamada "conta especial emprego e salário", administrada pelo Ministério do Trabalho e sustentada pela arrecadação do imposto sindical. Metade dos 20% da contribuição paga pelos trabalhadores e atribuídos atualmente a essa conta será destinada às centrais. Em relação à contribuição sindical de responsabilidade dos empregadores, não há mudanças. Se não houver sindicato, o montante de 60% da arrecadação da contribuição, tanto dos trabalhadores como dos empregadores, ficará com a federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional. Ainda dentro desta hipótese, as cotas das federações (15%) e confederações (5%) ficarão com a confederação. Fiscalização do TCU

Outra emenda incluída no projeto, de autoria do líder do PSDB, deputado Antonio Carlos Pannunzio (SP), inclui explicitamente na lei a prerrogativa do Tribunal de Contas da União (TCU) de fiscalizar os recursos do imposto sindical direcionados às centrais sindicais. Vicentinho havia se pronunciado contra a emenda e destacou que o dinheiro alocado às centrais por meio do projeto será bem fiscalizado pelos trabalhadores. "Os sindicatos são obrigados a prestar contas todos os anos aos

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



trabalhadores, e o dinheiro do imposto sindical é também dinheiro dos trabalhadores", disse.

Centrais precisarão ter no mínimo 100 sindicatos filiados

Segundo o projeto aprovado nesta quarta-feira (PL 1990/07), para exercer as prerrogativas de representação e negociação as centrais sindicais deverão cumprir requisitos mínimos de filiação: cem sindicatos filiados nas cinco regiões do País; 20 sindicatos filiados em cada uma de pelo menos três regiões do Brasil; filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; e filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional. Os deputados retiraram, do texto, a possibilidade de as centrais sindicais somarem os índices de sindicalização dos sindicatos a elas filiados para cumprirem a exigência relativa a esses 7%. Nos dois primeiros anos contados da data de publicação da futura lei, esse índice de 7% ficará reduzido a 5%. Ele será usado para calcular, proporcionalmente, quantos representantes cada central sindical poderá indicar para os fóruns tripartites. Outra possibilidade é a realização de acordo entre as centrais para essas indicações, contanto que não haja prejuízo a outras centrais que não fizeram parte dele. Caberá ao Ministério do Trabalho, por meio de consulta às centrais, disciplinar os procedimentos necessários à verificação dos requisitos de representatividade. Além disso, o ministério fará a divulgação anual daquelas que atendem aos requisitos de enquadramento como centrais e de seus índices de representatividade. Adequação financeira

O relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação, deputado João Dado (PDT-SP), deverá apresentar emenda ao Orçamento de 2008 para adequá-lo financeiramente à redução de receita da União prevista pelo projeto. Segundo ele, a transferência de receita às centrais prevista para 2008 é de cerca de R\$ 80 mil, aumentando para R\$ 94 mil em 2009 e R\$ 103 mil em 2010. "Todas as centrais sindicais estão unidas em torno desse projeto", afirmou.

Fonte: Agência Câmara

Mais notícias do período Outubro de 2007

- * [Sindec realizará festa em homenagem aos comerciários no dia 4 de novembro](#)
- * [Homenagem ao Dia do Comerciário na Assembléia Legislativa](#)
- * [Comerciários são homenageados na Câmara de Vereadores](#)
- * [Trabalho aos domingos no comércio é aprovado na Câmara](#)
- * [Relator mudará texto que acaba com imposto sindical](#)
- * [Inscrições para cursos de qualificação profissional encerram nesta](#)

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



segunda-feira, 22 de outubro

- * Câmara vota nesta terça-feira (23) MP que regulamenta o trabalho dos comerciários aos domingos
- * Receita bate mais um recorde em setembro e arrecadação sobe 10% no ano
- * A vez do Judiciário
- * Ampliação da licença-maternidade para 6 meses é aprovada no Senado
- * Câmara realizará homenagem ao Dia do Comerciário
- * Nova mudança nas telecomunicações
- * Trabalho decente para todos
- * Agressão em blitz contra pirataria
- * Cartões vão faturar R\$ 16 bilhões neste mês
- * Termina a greve na Caixa
- * Funcionária revistada nua em loja McDonald's ganha indenização de U\$ 6,1 milhões
- * Déficit zerado com aumento tributário? Receita antiga.
- * Costa Rica aprova Tratado de Livre Comércio
- * Temos de combater as práticas anti-sindicais
- * Mais de 70 agências da Caixa param
- * Sindec e Força recolhem donativos para vítimas de Eldorado do Sul
- * Contrato de trabalho temporário não pode mais ser prorrogado automaticamente
- * Comissão de Educação da AL debate cultura afro-brasileira
- * Consumidor tem medo da inflação

Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre

**SINDEC
EM AÇÃO**

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



[Notícias](#)